

DO MATERIAL AO IMATERIAL. DA NOÇÃO DE PATRIMÔNIO AO “PONTO DE MEMÓRIA”

Del material al inmaterial. De la noción de patrimonio al “punto de memoria”

From the material to the immaterial. From the notion of heritage to the “memory point”

Elisa Tavares DUARTE

Doctoranda en Ciencias Sociales por la Universidad de Salamanca.

elisa.duarte@usal.es

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar, em linhas gerais, a evolução do conceito de patrimônio e a sua relação com o campo da Museologia Social no Brasil. Ao ganhar um sentido de imaterialidade, o termo patrimônio se abriu à possibilidade de novos significados de práticas e objetos museais, no registro de memórias coletivas. Para isso, o presente trabalho analisa o caso do programa «Pontos de Memória» (IBRAM) e, mais especificamente, a experiência de uma iniciativa levada a cabo com a comunidade de brasileiros e brasileiras na Espanha.

Palavras-chave: Brasil; patrimônio; Museologia; memória.

Resumen: El objetivo de este trabajo es presentar, en líneas generales, la evolución del concepto de patrimonio y su relación con el campo de la Museología Social en Brasil. Desde la noción de inmaterialidad, el término patrimonio se abrió a la posibilidad de nuevos significados para las prácticas y objetos museales en el registro de memorias colectivas. Para ello, el presente texto analiza el caso del programa «Pontos de Memória» (IBRAM) y, más específicamente, la experiencia de una iniciativa llevada a cabo con la comunidad de brasileños y brasileñas en España.

Palabras clave: Brasil; patrimônio; Museologia; memoria.

Abstract: The main goal of this work is to show a general view of the evolution of the concept of heritage and its relation with the field of Social Museology in Brazil. By acquiring one sense of immateriality the word “heritage” is opened to new meanings of museal practices and goals in the collectives memories register. In this way, this article analyses the case of the program «Memory Points» (IBAM) as well the experience of an initiative carried out by the Brazilian Community in Spain.

Keywords: Brazil; heritage; Museology; memory.

1. INTRODUÇÃO

Em outubro de 2011, o Instituto Brasileiros de Museus (IBRAM), através do programa “Pontos de Memória”, publicou um edital de concurso público para a seleção de quarenta e oito iniciativas de práticas e processos dedicados ao registro de memória social, no âmbito da Museologia, desenvolvidas por “grupos, povos e comunidades em âmbito nacional e por comunidades de brasileiros no exterior” (Edital 2011). Além de estabelecer as regras de participação em cada categoria (Categoria 1, para Pontos de Memória no Brasil, e Categoria 2, para Pontos de Memória no exterior), o edital previa que, dos quarenta e oito prêmios, três estariam destinados aos projetos relacionados com as comunidades de brasileiros e brasileiras no exterior. Estes projetos deveriam ser apresentados por

(...) pessoa física, brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a), maior de 18 anos, para desenvolver **iniciativa de memória social** que se caracterize pelo **envolvimento e participação de comunidade de brasileiros no exterior em ações de registro e representação da sua memória**, com vistas à realização de **atividades museais junto à comunidade** a que esteja diretamente relacionada (Edital 2011; grifo nosso).

O texto do Edital também definia o entendimento de “atividades museais” como:

(...) aquelas **relacionadas à memória social** e à valorização, pesquisa, preservação, conservação, comunicação e sustentabilidade dos bens culturais de natureza material e imaterial de comunidades e localidades; que tenham como consequência: o respeito à diversidade cultural, a promoção da dignidade humana, o protagonismo cidadão, o direito à cultura, à memória e ao desenvolvimento social (Edital 2011; grifo nosso).

E mesmo que o texto apresentava, igualmente, uma definição para grupos, povos e comunidades, porém referida somente ao âmbito nacional. Neste primeiro edital, e nos dois que o seguiram em anos posteriores, permanecia carente de definição a noção de comunidades de brasileiros e brasileiras no exterior, além de que cada projeto da Categoria 2 deveria ter um único titular e responsável – como pessoa física- junto ao IBRAM.

Em dezembro do mesmo ano, o resultado o edital foi publicado no *Diário Oficial da União*, e a iniciativa “Ponto de Memória: Memória Oral da Imigração Brasileira na Espanha” (adiante Ponto de Memória na Espanha) foi contemplada com o primeiro prêmio (DOU, 14 de dezembro de 2011, nº 239, Seção 3, página 37). Depois do primeiro Edital de 2011, o programa publicou novo concurso público em outros dois anos: em 2012, no qual a iniciativa Ponto de Memória na Espanha foi novamente premiada; e, em 2014, último edital publicado que permitiu a participação de brasileiros e brasileiras no exterior, porém excluía da convocatória aquelas iniciativas premiadas nos anos anteriores. Assim, o Ponto de Memória na Espanha pôde desenvolver suas atividades, sob o amparo do programa Pontos de Memória, durante os anos de 2012 (ano de vigência do Edital de 2011) e 2013/2014 (período de desenvolvimento das atividades propostas no Edital de 2012).

Durante esses anos de vigência do Ponto de Memória na Espanha sob a tutela do IBRAM, através do programa Pontos de Memória, foram desenvolvidas atividades, cujos objetivos estiveram diretamente relacionados à perspectiva da instituição em relação à atividade museal e objeto museístico. Não obstante, um dos maiores desafios enfrentados pela iniciativa foi a aplicação prática desses conceitos na construção de um acervo em um contexto de comunidade migratória. Se por atividade museal entende-se a prática de ações culturais diversas numa e entre uma comunidade e localidade, neste caso a noção de territorialidade (HAESBAERT, 1997) como referente e delimitador identitário e cultural, portanto, peça chave no processo de reconhecimento como coletividade, não passava por um espaço físico delimitado geograficamente, mas sim por ser estrangeiro, por ter vivido uma experiência migratória, deslocando o processo de identificação étnico (BARTH, 1976) da relação comunidade-território, para uma noção de construção da memória (REIS, 2007; HALBWACHS, 1990; LE GOFF, 1990) da experiência migratória e do “ser brasileiro(a) fora do Brasil”, na relação como minoria imigrante.

Nesse sentido, para alcançar a noção de construção de objeto museístico a partir da memória da experiência migratória, será necessário analisar o quadro mais amplo do seu desenvolvimento como iniciativa cultural, sob a tutela de um programa institucional, de políticas públicas de desenvolvimento cultural da principal instituição responsável pela política museal brasileira. Foi a abertura da noção de objeto museístico, perspectiva fundamental para o nascimento do programa “Pontos de Memória” do IBRAM, que permitiu incluir comunidades de brasileiros e brasileiras no exterior como repositórios culturais brasileiros. Cabe destacar que este foi o primeiro programa levado a cabo por uma instituição brasileira direcionada às suas comunidades no exterior.

Assim, para compreender o percurso que levou a esse novo entendimento de objeto museal e, conseqüentemente, o surgimento de uma iniciativa voltada ao registro da memória da experiência migratória brasileira na Espanha, à continuação, apresentamos as linhas gerais de evolução da noção de patrimônio, porém desde a perspectiva do seu significado em termos de avanço e de ampliação da participação de comunidades culturalmente distintas e menos (ou quase nada) representadas nos circuitos oficiais de cultura. Como o ponto fundamental deste trabalho é compreender a implementação dessa nova noção de objeto museal em um programa institucional de museologia no Brasil, optamos por acompanhar essa evolução a partir de alguns marcos normativos que, internacionalmente, orientam as práticas e as políticas culturais dos países partícipes em acordos internacionais.

2. DO MATERIAL AO IMATERIAL

Em 2003, a 32ª reunião da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), celebrada em Paris, reconhecía como uma das consequências do processo de globalização, que a

(...) transformación social por un lado crea las condiciones propicias para un diálogo renovado entre las comunidades, pero por el otro también trae consigo, al igual que los fenómenos de intolerancia, graves riesgos de deterioro, desaparición y destrucción del patrimonio cultural inmaterial (UNESCO 2003: 1).

Naquela ocasião, e por meio do documento resultante da convenção, se referendavam os aspectos intangíveis do patrimônio cultural. Especificamente, o documento final recomenda entender o patrimônio cultural imaterial como

(...) los usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas – junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que les son inherentes – que las comunidades, los grupos y en algunos casos los individuos reconozcan como parte integrante de su patrimonio cultural. Este patrimonio cultural inmaterial, que se transmite de generación en generación, es recreado constantemente por las comunidades y grupos de su entorno, su interacción con la naturaleza y su

historia, infundiéndoles un sentimiento de identidad y continuidad y contribuyendo así a promover el respeto de la diversidad cultural y la creatividad humana. A los efectos de la presente Convención, se tendrá en cuenta únicamente el patrimonio cultural inmaterial que sea compatible con los instrumentos internacionales de los derechos humanos existentes y con los imperativos de respeto mutuo entre comunidades, grupos e individuos y de desarrollo sostenible (UNESCO, 2003: 2).

Tal definição implica e abarca a longa trajetória do termo patrimônio, passando por diferentes etapas e períodos históricos, até sua chegada ao século XXI, dando lugar às manifestações sociais de cultura, e respeitando, do mesmo modo, comunidades de perfis diferenciados. O estudo de Farjalla (2012) apresenta uma interessante abordagem sobre a noção de patrimônio dentro na área da Museologia. A herança romana do termo remetia ao nexo de transmissão do conjunto de herança, transmitida de pai para filho, entre direitos, benefícios (*beneficium*), bens imóveis, na obrigação, segundo o direito consuetudinário, na manutenção dos bens herdados. Neste caso, ganhava também importância a ideia de manutenção como preservação (FARJALLA, 2012: 33 – 34).

Não obstante, a modificação substancial veio com a Revolução Francesa, quando os processos de nacionalização dos bens expropriados à nobreza passaram a estar sob a gerência do Estado, como um novo agente social. À noção anterior de obrigação na preservação, portanto, manutenção, dos objetos de patrimônio, somava-se a responsabilidade estatal em financiá-la, configurando políticas que fossem de encontro com a ideia de construção da cidadania e da identidade nacional, na transmissão dos valores e materiais relativos aos interesses na construção da memória coletiva¹. Assim, a preservação material condicionava os elementos significativos da política estatal de valorização cultural.

Já no século XX, criada depois da Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de manter a paz internacional e a resolução de problemas socioeconômicos e humanitários através da cooperação internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), promoveu, em 1948, a sistematização de uma série de normas, mesmo sem serem juridicamente vinculantes, com o objetivo de reconhecer os direitos básicos e liberdades fundamentais dos seres humanos, inalienáveis e aplicáveis desde o momento do nascimento. Neste documento, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, se estabelece o direito individual à cultura,

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país (ONU 1948, art. 22).

A partir da criação da ONU, outras iniciativas institucionais e documentais foram aprimorando a questão patrimonialista e o direito à cultura. Entre elas, a constituição, em 1945, da UNESCO, como órgão especializado da ONU, que, atualmente, é uma das instituições internacionais de maior relevância em matéria de gestão e promoção de políticas de educação e valorização cultural.

Em relação aos documentos de marcos normativos, a *Carta Internacional de Direitos Humanos* está formada por três documentos: a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (com maior peso e reconhecimento internacional, já que permaneceu durante quase 30 anos como único documento internacional acerca dos Direitos Humanos), o *Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos* e, finalmente, o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*². Este último, aprovado em Assembleia Geral em 1966, só entrou em vigor em 1976, e estabelecia que todos os Estados partícipes no Pacto reconheçam às suas populações o direito a participar na vida cultural do país, de se beneficiar do progresso científico e tecnológico, assim como da proteção de interesses morais e materiais de cunho autoral, na produção cultural (ONU, 1945). Também é certo que, a pesar da relevância deste marco normativo conjunto, vários outros protocolos de ação e de desenvolvimento de princípios presentes na *Declaração dos Direitos Humanos* foram surgindo ao longo do século XX.

Todas as iniciativas anteriores serviram também para proporcionar a transformação do entendimento da questão patrimonial nacional como valor internacional, “universal”, pelo qual foram criadas diversas categorias de titulação de acordo com a área mais específica de pertencimento “Patrimônio Histórico” ou “Patrimônio Mundial”. Em 1972, a UNESCO, na 17ª sessão da Conferência Geral, definiu patrimônio cultural como

Os monumentos. Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972).

¹ Remetemos à referência de Documento/Monumento desenvolvida pelo historiador francês Jacques Le Goff, em Memória e História, na ampliação da noção de documento histórico, compreendendo além do texto escrito, do documento oficial, outras tipologias de materiais – consideradas agora como fontes passíveis de estudos históricos – narrativas literárias e orais, objetos da vida cotidiana, etc. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (p. 545).

² Ratificado pelo Brasil em 1992.

Mesmo que a evolução dos mecanismos de garantia e acesso à cultura viessem sendo fortalecidos a partir da segunda metade do século XX, que a noção mais abrangente de patrimônio fosse ganhando delimitadores segundo diferentes áreas temáticas e sua projeção internacional, até aqui permanecia a noção de conteúdo material e monumental, mesmo na possibilidade de incorporação de outros de natureza diferentes, como de interesse antropológico e etnográfico, produzidos fora do âmbito do poder político estatal.

Assim, a grande virada no conceito de patrimônio teve que esperar a passagem ao século XXI, para poder incorporar a noção imaterial como aspecto patrimonial. O texto da *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (UNESCO 2003) retoma aspectos mais antigos da questão do patrimônio, como a transmissão entre gerações, seja por tradição oral como ritual, além de incorporar a terminologia de “salvaguarda” para designar aquelas ações de preservação ou manutenção, mas também de pesquisa e a promoção através do ensino formal ou informal.

Concomitantemente a evolução da noção de patrimônio, também a de museu foi se alterando em função da progressiva abertura da perspectiva de objeto museológico. Em 1946, formou-se o Conselho Internacional de Museus (ICOM), entidade relacionada formalmente com a UNESCO e que lhe corresponde fundamentalmente o trabalho de “*servicio de la sociedad y de su desarrollo y se compromete a garantizar la conservación y la transmisión de los bienes culturales*” (página web ICOM). É a única rede de âmbito internacional dedicada à promoção e desenvolvimento de políticas museológicas. Atualmente, dispõe de um *Código de Deontología del ICOM para los Museos*, aprovado inicialmente em 1986 e, depois de algumas revisões, o documento vigente data de 2004. Como vimos anteriormente, se o texto da UNESCO de 2003 abria a noção de patrimônio aos “saberes” e “expressões”, na Museologia, agora, passavam a trabalhar em colaboração direta com as comunidades originárias que se representavam em suas coleções. Ainda assim, chama a atenção quanto ao uso de coleções de objetos de caráter sagrado ou procedentes de comunidades existentes, já que deviam ser utilizados para fomentar o desenvolvimento social, o respeito mútuo e a tolerância (ICOM, 2006: 9). Além do Código Ético do ICOM, outro marco normativo chave na compreensão da mudança na Museologia Social, e de publicação anterior ao código do ICOM, é o documento resultante da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972, pelo qual se estabelecia a definição de museu como

(...) es una institución al servicio de la sociedad, de la cual es parte inalienable y tiene en su esencia misma los elementos que le permiten participar en la formación de la conciencia de las comunidades a las cuales sirven y a través de esta conciencia puede contribuir a llevar a la acción a dichas comunidades, proyectando su actividad en el ámbito histórico que debe rematar en la problemática actual: es decir anudando el pasado con el presente y comprometiéndose con los cambios estructurales imperantes y provocando otros dentro de la realidad Nacional respectiva (UNESCO, 1972).

Esta nova definição de museu preconizava a ação comunitária e participativa frente ao modelo de museu até então vigente, no processo de seleção daqueles elementos que conformariam a identificação étnica e de sua promoção cultural. A própria consciência em relação ao pertencimento a determinada comunidade e o reconhecimento de sua realidade atual direcionariam estes sujeitos coletivos à ação de responsabilidade e intervenção social. Neste sentido, se os museus foram durante tanto tempo o lugar da expressão material, preservação e comunicação da memória oficial, e quase sempre selecionada a partir de critérios de políticas estatais de valorização nacional, neste momento se abria a possibilidade de visibilização de referenciais culturais e identitários pertencentes a comunidades que nunca haviam penetrado nos circuitos oficiais de promoção cultural. Além da grande marca de desenvolvimento social, esta definição traz à luz outro importante aspecto da Museologia Social, que é a dinamização local, e por tanto, territorial destas comunidades, num “(...) discurso centrado na vida, no reconhecimento de novas cartografias sociais resultantes da prática de uma justiça social que privilegia a construção de uma noção plural de conhecimento, e no exercício de práticas coletivas de salvaguarda” (QUEROL, 2012: 5). Desta maneira, a dinamização local centrada na perspectiva da comunidade localmente identificada deve ser gerada a partir da participação que, aplicada à Museologia, se entenderia como

(...) o direito de todo o ser humano a intervir nos processos de identificação, construção e definição dos conceitos, dimensões e significados da realidade histórica cultural de um determinado coletivo, através do museu e com vista ao desenvolvimento local, isto é, a participar ativamente no processo contemporâneo de patrimonialização. (QUEROL, 2012: 14).

Não obstante, Sancho Querol (2011: 859) trata do inventário participado como elemento central na definição, salvaguarda e difusão do patrimônio cultural imaterial. A prática do inventário teria sentido mais rico no nexo do estudo da realidade destas comunidades, através da conformação do museu como espaço de encontro das memórias individuais, cuja atribuição de significados e valor cultural ao que é recordado está na base do processo de constituição da memória coletiva. Não cabe no espaço deste trabalho aprofundar na ampla discussão sobre inventário participado e sua metodologia, porém indicar que a evolução da noção de patrimônio que vimos tratando até aqui, com a incorporação da noção de cultural imaterial, levou irremediavelmente à necessidade de construção de uma metodologia participativa de gestão destes “lugares de memória” (NORA, 1993), priorizando aquelas práticas de “(...) intervenção de pessoas e comunidades na identificação e na documentação dos seus recursos culturais, o que envolve o seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, isto é, como patrimônio cultural” (QUEROL, 2012: 17).

3. O INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM)

No Brasil, é sob a tutela do IBRAM que se desenvolvem todas as políticas públicas para o setor de museus. Até 2009, estas políticas de apoio à Museologia estiveram regidas por um departamento específico, submetido ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim, em janeiro de 2009, sob o governo Lula, criava-se, através da Lei 11.906/10, o IBRAM, sob a presidência do antropólogo José do Nascimento Jr.³. Essas duas instâncias de políticas culturais, tanto o IBRAM como o IPHAN, neste caso, desde sua criação em 1937, estão vinculadas diretamente ao Ministério da Cultura (MinC).

Desde a sua criação, o IBRAM assumiu as responsabilidades, antes do IPHAN, na gestão dos museus federais. Também,

O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros (IBRAM).

Entre os anos de 2001 e 2011, segundo levantamento realizado pelo IBRAM, os investimentos no setor da museologia no Brasil representaram um crescimento da ordem de 1000%, que também deram frutos na parte de profissionalização, com o crescimento das vagas em universidades brasileiras e a criação de programas de pós-graduação⁴. Por outro lado, a criação de uma autarquia do MinC dedicada exclusivamente às questões de políticas e desenvolvimento da Museologia e Museus no Brasil, levou também ao estabelecimento de linhas de atuação em consonância com as políticas internacionais, brevemente explicitadas anteriormente, que foram progressivamente ratificadas pelo governo brasileiro. Neste caso, em 2010, e sob o mandado da ex-Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, foi elaborado o documento de Plano Nacional Setorial de Museus 2010 - 2020 (MinC, 2010), resultado de uma série de reuniões e encontros, documento que será parte integrante do Plano Nacional de Cultura.

Além das pautas internacionais da UNESCO para cultura e patrimônio, e do ICOM mais especificamente para a Museologia, o fato é que no Brasil, nestes últimos anos, vem sendo consideradas, cada vez mais e com maior força, as iniciativas locais de resgate de memória e dinamização social, onde os distintos programas do IBRAM visam, entre outras coisas, proporcionar recursos e mecanismos técnicos e profissionalizantes de gestão. Além disso, o cenário da Museologia brasileira ganhou também força e projeção internacional com a criação de uma plataforma Ibero-americana de Museus, o Ibermuseus, em 2007, a partir do I Encontro Ibero-americano de Museus, realizado em Salvador, Bahia (Brasil). A plataforma tem como objetivo a criação de mecanismos e ferramentas de apoio e formação às iniciativas museais no âmbito ibero-americano, além do fortalecimento de linhas de ações no sentido de cooperações bilaterais entre os países membros. Desde a sua criação até 2015, a plataforma esteve sob a presidência brasileira, quando foi assumida pelo México, em 2016, na representação de Magdalena Zavala Bonachea, como presidente do Comitê Intergovernamental do programa Ibermuseus para o período de 2016 a 2018. Neste contexto de florescimento da Museologia como área de conhecimento e atuação profissional no Brasil (e em perspectiva ibero-americana), nasce o programa Pontos de Memória, em 2009.

3.1. O PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA.

O programa Pontos de Memória tem como objetivo principal apoiar o desenvolvimento de ações e iniciativas que reconheçam e valorizem a memória social.

(...) é um programa que atende os diferentes grupos sociais do Brasil que não têm oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus. (...) Com metodologia participativa e dialógica, os Pontos trabalham a memória de forma viva e dinâmica, como resultado de interações sociais e processos comunicacionais, os quais elegem aspectos do passado de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo. Os Pontos de Memória valorizam o protagonismo comunitário e concebem o museu como instrumento de mudança social e desenvolvimento sustentável. Em estágio pleno de desenvolvimento, são capazes de promover a melhoria da qualidade de vida da população e fortalecer as tradições locais e os laços de pertencimento, além de impulsionar o turismo e a economia local, contribuindo positivamente na redução da pobreza e violência (página web IBRAM, 2014).

³ José do Nascimento Jr. foi o diretor do IBRAM até 2014, quando foi exonerado pela então ministra de Cultura, Martha Suplicy, passando a direção da instituição ao ex-prefeito de Ouro Preto (MG), e ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB de Minas Gerais), Angelo Oswald. Atualmente, o presidente do IBRAM é o advogado e museólogo Marcelo Mattos Araujo, que foi secretário de Estado da Cultura, de São Paulo, entre 2012 e 2016.

⁴ Segundo Oliveira (2012), em 2001 foram oferecidas 30 vagas nas universidades brasileiras para a área de museologia, saltando este número a 631, em 2010. Ver Isolan (2017), no capítulo 1, onde apresenta os caminhos percorridos pela Museologia até a Museologia Social e a sua entrada nas universidades brasileiras. Ademais, coincide com a cronologia de Farjalla (2012), como a segunda metade do século XX, como o ponto de inflexão no processo de transformação da Museologia.

Neste contexto, nasce o Ponto de Memória na Espanha, cujo objetivo principal é promover a construção de um acervo em formato audiovisual a partir do registro da memória da imigração brasileira na Espanha, através de testemunhos orais dos seus protagonistas. Tal iniciativa implica, em primeiro lugar, a reivindicação da noção das migrações como ferramenta que permite a ressignificação, na sociedade de destino, dos elementos de identificação étnica e de memória. Em último caso, trata-se também da criação de um espaço para que as distintas vozes de brasileiros e brasileiras residentes na Espanha ecoem, na construção de narrativas pessoais e reflexivas acerca dos problemas e cotidiano da experiência migratória. No Ponto de Memória na Espanha, utilizamos com frequência a expressão “ser brasileiro e brasileira fora do Brasil”, cujo conteúdo é dado de forma muito particular em cada narrativa e história de vida.

Neste sentido, uma vez oficializado o projeto pela premiação no programa Pontos de Memória, o projeto começa a se desenvolver na Espanha com o suporte institucional do Centro de Estudos Brasileiros na Universidade de Salamanca. Esta instituição é a que proporciona o alojamento institucional do projeto, abraçando-o entre suas linhas de atividades (<http://www.cebusal.es/ponto-de-memoria/>).

Durante o primeiro ano, em 2012, a principal atividade realizada (se bem, não exclusiva) foi o registro das histórias de vida e experiências da migração em suporte audiovisual e fotográfico⁵. Este material foi elaborado a partir da realização de entrevistas semi-estruturadas, que seguiam um mesmo roteiro para todos os entrevistados, além de ativar campos específicos de provocação, a partir do perfil do entrevistado (por exemplo, nos casos de desenvolvimento de atividade profissional relacionada diretamente com a cultura brasileira, como música, gastronomia, capoeira; ou mesmo outros casos, de famílias interculturais, ascendência espanhola ou outra estrangeira, etc.).

A dinâmica da realização da entrevista se iniciava com a toma de contato pelos mais diversos canais de comunicação: telefone, e-mail, redes sociais, chamadas públicas divulgadas na internet, e claro, no “boca a boca”. Uma vez que são esclarecidas as condições de gravação em vídeo e áudio da entrevista e a posterior divulgação do material produzido, inicia-se a entrevista. A opção pelo registro das narrações em formato audiovisual tem o objetivo claro de acercar o relato das experiências entre toda a comunidade brasileira residente na Espanha e no Brasil, principalmente. Além disso, em sentido global, busca-se identificar aqueles elementos definidores e distintivos da “brasilidade” na Espanha, que passa pela relação de negociação com a sociedade local, com os demais coletivos imigrantes no país, além da própria consideração como emigrantes brasileiros. Este último aspecto é fundamental para compreender certos momentos das entrevistas.

A riqueza do material gerado é enorme: a diferença de uma proposta que corroborasse um sentido “ideal” de “brasilidade” no exterior, seu conteúdo vai de encontro com a validação da memória individual através das manifestações particulares da experiência vivenciada e do registro das iniciativas por eles e elas empreendidas. Através da justaposição e conformação dos distintos momentos das entrevistas é possível apreender tanto os significados das migrações Espanha – Brasil – Espanha (graças à interpelação aos casos de ascendentes de espanhóis migrados ao Brasil na metade do século XX) em sentido macro, como fenômeno social, assim como as leituras individuais da própria experiência migratória, das estratégias lançadas como mecanismos de integração social e aqueles elementos selecionados e escolhidos como senhas de identidade(s) brasileira(s).

Entramos na Era do Audiovisual e a atual Museologia Social também se encontra com o desafio de trabalhar com estes novos objetos museísticos e estes novos processos de materialização do intangível. Se as novas missões dos museus devem englobar e dar espaço àquelas comunidades que, historicamente, nunca se viram refletidas nos circuitos oficiais de cultura, também está o tratamento profissional de suportes cada vez mais inovadores, sua identificação, catalogação e conservação. Claro está que o passado, o presente e o futuro da Museologia seguem passando pela interdisciplinaridade.

A partir da indicação das linhas gerais da evolução da noção de patrimônio e, da consequente abertura de objeto museal a nível internacional, vimos como esse processo incidiu de forma direta na configuração do conteúdo da atual política cultural brasileira destinada ao desenvolvimento de ações museológicas. Além do claro crescimento destas ações no Brasil, a novidade introduzida pelo programa Pontos de Memória, entre 2011 e 2014, foi a abertura à participação por parte das comunidades de brasileiros e brasileiras no exterior.

Assim, chegamos a que

Quizás esta pueda ser una forma de decir que un museo socialmente útil es aquel en el que la historia tiene varias voces, un museo que se constituye descodificando memorias, estructurando realidades culturales junto a sus gentes, difundiendo valores locales y sociales, ayudando a formular nuevos usos culturales que parten del estudio del pasado a través de la memoria, permitiéndonos definir los usos, valores y significados en la cultura del presente (QUEROL, 2011: 867).

Neste sentido, o Ponto de Memória na Espanha se configura não só como um espaço para estas *varias voces*, senão que também constrói coletivamente o conhecimento da experiência brasileira na Espanha, se diferenciando da inicial consideração acerca da ação de observar, ou de admirar, ou de ver este intangível materializado, mas num processo contínuo de interação e redefinição, mas também de poder contá-lo e escutá-lo.

⁵ Fruto deste trabalho é a exposição *Retratos Brasileiros. Ponto de Memória en España*, um conjunto de fotografias e instantâneas de vídeos, que mostram diferentes aspectos e momentos das histórias de brasileiros e brasileiras residentes na Espanha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Edital de concurso público nº 9, de 13 de outubro de 2011. Prêmio Pontos de Memória 2011* (2011). Instituto Brasileiro de Museus. Ministério da Cultura do Brasil. Recuperado de [<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/10/Edital-Pontos-de-Memoria.pdf>]. Consultado [12-06-2012].
- FARJALLA, D. C. L. (2012): “Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunidade”. Em: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, 7, n. 1, pp. 31-50.
- HAESBAERT, R. (1997). *Des-territorialização e identidade : a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói, EDUFF.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Recuperado de [<http://www.museus.gov.br/>]. Consultado [12-06-2012].
- INTERNACIONAL CONCIL OF MUSEUM (2006). “Código de Deontología del ICOM para los Museus”. Em: <http://www.icom.museum> (17/07/2012).
- ISOLAN, F. B. (2017). *A formação em Museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- LE GOFF, J. (1990). *História e memória*. São Paulo, Editora da Unicamp.
- LE GOFF, J. (1996): “Documento/Monumento”. Em: *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, pp. 535 – 553.
- MARRAFON, M. de O. (2012) “Profissionalização e expansão da museologia no Brasil”. Em: *Cienc. Cult.*, vol. 64, nº 4, pp. 64-65. Em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v64n4/a24v64n4.pdf> (03/12/2012).
- MINISTERIO DA CULTURAL/ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (2010). “Plano Nacional Setorial de Museus”. Em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>
- NORA, P. (1993): “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. Em: *Revista Projeto História*, São Paulo, vol. 10, pp. 7-28.
- OLIVEIRRA, A. P. de P. L. de; OLIVEIRA, L. M. (2012). *Sendas da Museologia*. Ouro Preto: UFOP.
- REIS, L. (2007). “Testemunho como construção da memória”. *Cadernos de Letras da UFF*, nº 33, pp. 77 – 86.
- Retratos Brasileiros. Ponto de Memória en España* (2013). Catálogo da exposição fotográfica. Recuperado de [https://issuu.com/pontodememoriaespanha/docs/catalogo_exposicion_retratos_brasil].
- SANCHO QUEROL, L. (2011): Inventarios de Patrimonio Inmaterial: Buscando um sistema de Gestión de la Memoria”. Em: *Revista de Museologia*, nº51, pp. 859 – 868.
- SANCHO QUEROL, L. (2012): “Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado”. Em: *Revista de Sociologia*, nº 25, pp. 1 – 24.
- UNITED NATIONS (1948). “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf (20/07/2012).
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (1972a): “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”. Em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> (20/07/2012).
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (1972b): “Mesa Redonda de Santiago do Chile”. Em:

http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2011/04/copy_of_declaracao-da-mesa-redonda-de-santiago-do-chile-1972.pdf (17/07/2012).

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION/ UNESCO (2003): “Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial”. Em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540s.pdf> (20/07/2012).

UNITED NATIONS. (1945). “Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais”. Em: *Carta Internacional dos Direitos Humanos*. Em: http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Ficha_Informativa_2.pdf (20/07/2012).